



Anais da Assembleia

Nº 56

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1980 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e João Elísio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

- O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número 236/80, do Sr. ERNANI PORTES, Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, nos seguintes termos: "Cópia de Requerimento de autoria do nobre Vereador VALMOR JOSÉ BEUX, lido e aprovado por unanimidade de votos. (CÓPIA DO REQUERIMENTO EM ANEXO)". — **Ciente.**
Arquive-se.

Sob o número 066/80-CM-Vs, do Sr. ORLANDO BRUNO OLENSKI, Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, nos seguintes termos:

"A requerimento do nobre Vereador SYLVIO MONTEIRO, aprovado em Sessão Plenária do dia 09 do corrente mês, cumpre-me o dever de informar a Vossa Excelência que, tendo em vista os ataques de dois ilustres Deputados do PMDB, Membros dessa Assembleia Legislativa, Senhor Deputado NELTON MIGUEL FRIEDRICH, e o Senhor Deputado WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI, vêm fazendo ataques contra nosso município, baseando-se na inauguração de uma praça que leva o nome de Sua Excelência o Senhor Presidente do Paraguai, General ALFREDO STROESSNER, deram entrada de um expediente nessa Assembleia, solicitando a anulação do mesmo.

Para conhecimento dos nobres Deputados, informamos que, após dada entrada nesta Casa, o Projeto de Lei para a denominação da praça, foi aprovado sem um (01) voto sequer contra, isto é, aprovado por unanimidade de votos nas três (03)

instâncias. E quanto aos BOATOS que correm, de que foram desalojadas as famílias daquela local para se construir a praça, informamos a todos que isto não passa de frutos de pessoas que possuem idéias negativamente criativas e desprazerosas.

E, quanto aos nobres Deputados Estaduais que nunca se levantaram da sua tribuna para fazer alguma coisa em termos de Guaratuba, nós procuramos fazer algo de bom para o nosso município, enquanto outros se levantam somente para deturpar a realidade dos fatos.

Considerando a situação, aqui está o povo guaratubano, para quem quer que seja, verificar, se do local em que foi construída a praça, alguém foi desalojado, sendo assim a pessoa que anda proclamando tais assuntos, esta pessoa está faltando com a verdade.

Portanto, os Senhores Deputados em pauta, foram considerados em votação nesta Casa de Leis, "PERSONA NON GRATA" do Município de Guaratuba, que foi aprovado por unanimidade.

O Vereador requerente solicita a Vossa Excelência, o Presidente, para que este expediente seja lido em Sessão Plenária da Assembleia Legislativa.

Sendo só o que se apresenta para o momento, e com as mais respeitadas saudações". — **Ciente. Arquive-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de voto de pesar à família de ALMIR ANTÔNIO MACHADO NUNES, falecido em Foz do Iguaçu, bem como à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O passamento de Almir Antônio Machado Nunes, deixa uma grande lacuna no meio político e social de Foz do Iguaçu. Basta uma rápida retrospectiva sobre a vida de Almir, para concluir o que representava a sua pessoa no Município de Foz do Iguaçu. Foi Vereador, 1º Secretário e Presidente da Câmara de Vereadores, Secretário da Prefeitura, Professor do Colégio Comercial, militou na imprensa como Diretor Proprietário do "Jornal de Foz" e Diretor Geral da Câmara de Vereadores, cargo no qual aposentou-se. Serviu também como meu Assessor, quando 1º Secretário e Presidente da Câmara de Foz do Iguaçu. Caracterizava-se como um homem de alto cunho criativo, altruista e filantrópico, fazendo de sua casa um verdadeiro aconchego de pessoas carentes, repartindo suas refeições com os necessitados. Deixou viúva e filhos, legítimos e adotivos. Foz do Iguaçu pranteia a morte de seu grande filho, Almir Antônio Machado Nunes.

Solicito que seja dada ciência à família do falecido, à Rua Vereador Moacir Pereira, 953, em Foz do Iguaçu, bem como à Câmara de Vereadores do mesmo município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar

pelo falecimento do Vereador LUCILIO DOS SANTOS VIEIRA, ocorrido no dia 28 do corrente, na cidade de Apucarana.

O extinto, exemplo de bondade e elevado espírito público, era o Vereador mais antigo na Câmara Municipal de Apucarana, reeleito por várias vezes, tendo prestado relevantes serviços ao município, especialmente no distrito que representava.

Requeri, finalmente, que da manifestação da Casa, se dê conhecimento à família enlutada, no Distrito de Correia de Freitas, Município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 28 do corrente, nesta Capital, do Sr. OSVALDO COZER.

O extinto, foi Vereador do Município de São João do Ivaí, com relevantes serviços prestados à sua comunidade, deixando viúva a Senhora Terezinha Cozer e três filhos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à Rua Brigadeiro Arthur Carlos Peralta, 42, apto. 08, 1.º andar, no Bairro Boa Vista, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio do presente expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, consubstanciado num apelo, para que faça incluir o Município de Santo Inácio, no programa estadual de Discagem Direta à Distância.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, expediente solicitando, com a maior brevidade, a fixação do preço mínimo do café em Cr\$ 12.000,00, a saca de 60 quilos.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1980.

(a) PINTO DIAS

JUSTIFICATIVA :

A cafeicultura brasileira encontra-se em precárias condições. A falta de apoio a este setor da nossa economia, tem sido constante. E isso, tem acarretado completo desânimo aos cafeicultores. O Brasil, que já atendeu a 42,72 por cento da produção mundial do café na safra 57/58, 33,34 por cento em 67/68, hoje, com muita dificuldade, chega a 22 por cento.

A falta de estímulo ao café em nosso País, por incrível que pareça, é total. O Brasil, que ainda é um dos maiores produtores do café no mundo, vê, a cada ano que passa, sua produção decair e a sua posição no mercado, cada vez mais difícil. Infelizmente, em razão da política ineficiente do Conselho Monetário Nacional, já não mais ocupamos a posição privilegiada que desfrutávamos há uns dez anos atrás.

Até mesmo no consumo interno tem se verificado as conseqüências negativas dessa política desenvolvida sem nenhuma firmeza. Está se verificando uma grande queda no consumo

interno do café nos últimos anos. Para se ter uma idéia, hoje, no Brasil, toma-se menos café que nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos o nível per capita é de 6,2 quilos para cada americano, por ano, enquanto que no Brasil é de apenas 4,4.

A nossa juventude está deixando de tomar café, substituindo-o pelos refrigerantes e sucos, produtos de grandes empresas multinacionais. As crianças e os jovens brasileiros estão esquecendo o hábito de tomar café. Enquanto isso, mercê da grande divulgação, cresce o consumo de outros produtos como o chá, o chocolate, os refrigerantes e os sucos, principalmente os de cristais, que já estão invadindo a nossa terra.

Em 1969, o consumo interno do café foi de oito milhões e 745 mil sacas. Dez anos depois, isto é, em 1979, o consumo foi de 7 milhões e 500 mil sacas, com uma diferença de mais de um milhão de sacas. Deve-se considerar, nessa diferença, o aumento da população nestes dez anos. A população aumentou e o consumo diminuiu. É o café que, aos poucos, vai perdendo o seu lugar de destaque no País onde mais contribuiu.

E o IBC, que tem feito gastos monstruosos com divulgações, não tem, de forma alguma, conseguido sensibilizar a nossa juventude que está preferindo outros produtos ao nosso café.

O desestímulo à cafeicultura é tanto que no Paraná existem hoje aproximadamente 40 milhões de mudas de café, produzidas em 261 viveiros implantados em diversos pontos do Estado, que estão encontrando dificuldades em ser comercializadas, face à falta de incentivos encontrada no setor.

Observando, pois, todos esses aspectos, é que solicitamos que seja dada maior atenção à cafeicultura brasileira. E, se solicitamos seja estabelecido o preço mínimo do café em Cr\$.. 12.000,00 a saca de 60 quilos, é porque entendemos que somente com esse preço poderá o sofrido cafeicultor fazer face as despesas que têm com a sua produção.

Os gastos efetuados com adubos, fungicidas e os fertilizantes em geral, são imensos. A nossa terra encontra-se cansada e sem a utilização desses insumos não é possível alcançar uma safra rentável. Ocorre, porém, que os preços dos fertilizantes, aumentaram até 180 por cento até março deste ano, e deverão continuar aumentando.

Assim, há premente necessidade de se compensar o cafeicultor. Não é possível que ele continue apenas gastando. Além disso, estimulando o cafeicultor, é a maneira de proporcionar às regiões cafeeiras do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, condições de atender o grande contingente de mão-de-obra, que se encontra ocioso, causando, muitas vezes, irreparáveis males sociais.

A falta de um preço mínimo compensador é a continuação da política de desestímulo e enfraquecimento da lavoura cafeeira em nosso País.

Enfim, o café, que tanto ajudou o Brasil, hoje está sendo completamente esquecido, está ficando em segundo plano. Enquanto isso, com heroísmo, os nossos cafeicultores lutam com toda sorte de dificuldades, visando defender o produto da terra contra aqueles outros que, irredutíveis, invadem nosso mercado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Cel. HAROLDO FERREIRA DIAS, DD. Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. VILSON DECONTO, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando providências urgentes e necessárias, no sentido de proceder reparos no prédio da Delegacia de Polícia da Cidade de Corbélia, que se encontra em estado precário.

Cumprе ressaltar que através da EMOPAR já foi feito o

levantamento das condições do referido estabelecimento em data de 10.04.79.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980
a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que na nova proposta de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada a Comarca de Borrazópolis, com jurisdição sobre o município de Kaloré.

Tal solicitação se faz em razão do crescimento e desenvolvimento daquele município, que integra a micro-região 8 da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí — AMUVI. Borrazópolis ocupa uma área de 334,171 Km², com uma população de 31.000 habitantes, com 7.560 eleitores, pertencendo hoje à Comarca de Faxinal.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980
a) Fiori Luiz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de TELEX ao jornal "Tribuna da Cidade", de Apucarana, pelo décimo aniversário de fundação. O referido veículo é órgão oficial do Vale do Ivaí, cobrindo, com circulação diária, as cidades de Apucarana, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Faxinal, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Kaloré, Manoel Ribas, Marumbi, Ortigueira, Marilândia do Sul, Rio Bom, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Jandaia do Sul.

Outrossim, solicitamos que se de ciência pelo TELEX 432-346 — Apucarana.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980
a) Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA:

A "Tribuna da Cidade", propriedade da Empresa Jornalística Atualidade, tem como diretores Mario Balthazar e Janete Balthazar. Há que se destacar o trabalho hercúleo da imprensa do interior na manutenção de um jornal diário, e só mesmo o idealismo e a boa vontade em servir, é que animam os proprietários, redatores e funcionários da "Tribuna da Cidade" a superarem as dificuldades financeiras. Nos dez anos de fundação do referido jornal, as marcas da perseverança, do despreendimento e da finalidade precípua de servir a uma coletividade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, envio de telex, com a maior urgência possível, à representação do Paraná, de todos os partidos políticos, com assento no Congresso Nacional, solicitando-lhes o devido e necessário apoio à emenda constitucional proposta pelo eminente Deputado Alexandre Machado da Silva, que dispõe sobre a aposentadoria aos 25 (vinte e cinco) anos de serviços, com proventos integrais, aos professores brasileiros.

Requer, outrossim, que o presente, seja dado ciência às entidades representativas da classe existentes nesta Capital e na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980
a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais antigas e justas aspirações da classe do magistério brasileiro, é a aposentadoria aos 25 anos de efetivo serviço. Inúmeras vezes, Deputados, inclusive aqui do Paraná, como é o caso do Deputado Alvaro Dias, que inclusive, foi durante muitos anos Professor, apresentaram emendas nesse sentido, sem contudo, lograrem êxito. Agora, novamente, vemos um digno Parlamentar, apresentar novamente, uma emenda à constituição, diminuindo a idade limite de aposentadoria do professor brasileiro para 25 anos. Por ser, uma medida justa e uma aspiração antiga da classe do magistério brasileiro, classe que diga-se de passagem, tem desempenhado ao longo de todo um processo de desenvolvimento neste País, inestimáveis serviços a todo o povo brasileiro. Daí a razão do interesse deste Deputado em rogar o apoio desta Casa, a mais essa feliz e justa iniciativa que visa única e exclusivamente atender a quem tanto tem feito pelo Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado e NIVALDO ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento a estrada que liga Nova Aurora-Palmitópolis-Toledo, que virá prestar melhores condições de tráfego ao elevado número de veículos que diariamente a utilizam.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980
a) Fuad Nacli.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 64/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

Art. 1.º — Fica denominada "Rodovia Engenheiro TANCREDO BENGHI, a Rodovia PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhão, até Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 29 de maio de 1.980
aa) Domício Scaramella, Deni Schwartz,
Renato Bueno e João Elísio.

JUSTIFICATIVA:

Ex-Prefeito Municipal de União da Vitória, ex-Chefe do Distrito do Departamento de Edificações com sede em União da Vitória, ex-Chefe do 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, ex-Diretor Técnico e ex-Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, constituiu-se o Engenheiro TANCREDO BENGHI num dos homens públicos mais dedicados que o Estado do Paraná conheceu.

Sua dedicação às causas públicas, levadas a efeito sempre com despreendimento e humildade, valeram-lhe o reconhecimento e o respeito de toda a classe política.

Tratando-se de pessoa tão ilustre que o Estado do Paraná conheceu, nada mais justo que se perpetue seu nome, dando a denominação de "Rodovia Engenheiro TANCREDO BENGHI" a Estrada Estadual PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhão, até Guarapuava, como reconhecimento pelo seu trabalho em favor do Estado e da causa pública.

PROJETO DE LEI N.º 65/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica denominada "Rodovia Antônio Baby" a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro, à sede do Município de Pato Branco, neste Estado.

Art. 2.^o — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980

aa) Domício Scaramella,
Adalberto Daros
e Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Federal Antônio Baby foi um dos políticos mais atuantes do Estado do Paraná, em especial em defesa dos interesses da Região Sul.

Vereador por União da Vitória, Deputado Estadual e por duas legislaturas Deputado Federal, foi também Diretor da atual Rede Ferroviária Federal.

No Congresso Nacional uma de suas maiores reivindicações foi exatamente a introdução no Plano Rodoviário Nacional da Rodovia União da Vitória-Barracão.

Incompreendido e tendo de enfrentar, à época, inclusive companheiros políticos seus, não esmoreceu e teve vitoriosa sua posição.

A homenagem que se pleiteia nos parece a mais justa.

PROJETO DE LEI N.º 66/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO" — S.A.T.C., com sede e foro em Figueira, Município de Curiúva.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980

a) Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços à comunidade de Figueira, principalmente no campo da assistência social e filantropia.

A documentação que anexo apresentamos, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas para que a entidade possa receber o reconhecimento público estadual.

Com isso apresentamos o presente Plano de Lei que temos a certeza contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 67/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica criado o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa na estrada NA-507, denominada estrada do Cruzeiro, no Bairro Espírito Santo, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, que tem seu início na estrada Na-102, que liga a sede do Município ao Porto Herculândia; seguindo à jusante no ribeirão Tamanduetê pela margem direita até a sua foz no Rio Ivaí, seguindo também a jusante do Rio Ivaí pela margem direita até encontrar a foz do ribeirão Água Funda; seguindo à montante do ribeirão Água Funda pela margem esquerda

até encontrar a divisa dos lotes 133 e 132; seguindo pela divisa dos lotes 133 e 132 em linha reta e seca rumo NW 76.º13' até encontrar a estrada NA-102 e seguindo por esta até o ponto de partida da estrada NA-507, início da estrada denominada Cruzeiro."

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980

a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Santa Esmeralda vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados fazendo com que a estrutura administrativa do Município de Santa Cruz do Monte Castelo, procure atender as suas necessidades de maneira a propiciar condições que o seu progresso não sofra solução de continuidade.

Com isso a Municipalidade de Santa Cruz do Monte Castelo, vem de apresentar e aprovar Representação para propiciar a elevação daquela localidade a condição de Distrito Administrativo, o que agora estamos propondo à consideração dos nobres Pares, revestindo o presente plano de Lei com a documentação prevista na Lei complementar n.º 2 - Lei Orgânica dos Municípios — Art. 9.^o.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. Ricardo Machado Lima.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, pediria a gentileza de Vossa Excelência para que nos encaminhasse uma cópia da manifestação dos Vereadores de Guaratuba, em especial pela honraria que tributou a nossa pessoa, para que pudéssemos colocar em nossos arquivos essa feliz iniciativa de nos haver considerado "persona não grata", quando os democratas daquela cidade praiana homenagearam um não menos democrata, ditador da América Latina.

Agradeceria a gentileza de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa fará chegar às mãos do nobre Deputado o objetivo da Questão de Ordem levantada.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna para proceder a leitura de um requerimento que encaminharei à Mesa.

(Lê):

"Senhor Presidente.

A Comissão da Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus componentes que ao final subscrevem, face a uma série de denúncias por parte dos agricultores da Região Oeste e Sudoeste de nosso Estado, representados pelas Cooperativas de Dois Vizinhos, Pato Branco, Capanema, Barracão, Francisco Beltrão e São João do Sudoeste, pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos Rurais dos municípios da área atingida, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Ministro da Agricultura, AMAURI STABILE; Ministro do Planejamento, ANTÔNIO DELFIM NETTO; Presidente do Banco do Brasil, OSWALDO ROBERTO COLIN; Presidente do Banco Central, CARLOS GERALDO LANGONI; e Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, ALÉSSIO VAZ PRIMO, rogando a tomada de medidas urgentes, com o pagamento do PRÓAGRO das áreas plantadas com feijão das secas, em 100% (cem por cento), conforme fôra garantido pelo próprio Governo.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980

a) Lázaro Dumont, Nelson Friedrich,
Edilson Alencar, Trajano Bastos e Valduga.

JUSTIFICATIVA:

Ao ser lançada a idéia do cultivo do Feijão das Secas por parte dos órgãos oficiais, fixou-se a idéia de um cultivo de emergência, ao qual o agricultor foi chamado a colaborar, face à frustração da lavoura de Feijão das Águas.

Definiu-se que a tecnologia a ser adotada ficaria a critério do produtor, tais como o uso de sementes fiscalizadas, ou grão comercial, utilização ou não de fertilizantes, preparo do solo reduzido, áreas adequadas ou não, juros subsidiados a partir da ocorrência de eventos que frustrassem a produção e, principalmente, amparo do PRÓAGRO em 100% (CEM POR CENTO).

Em resumo:

Os agricultores, principalmente os pequenos, fariam um negócio com o Governo, no qual não teriam absolutamente nada a perder, isto segundo palavras dos representantes oficiais do próprio Governo.

Os agricultores lançaram-se assim à tal empreendimento não porquê a experiência ou o parecer dos técnicos aconselhasse, mas sim em decorrência do chamamento do Governo com todas as garantias: cobertura de 100% do PRÓAGRO; financiamento pelo Banco do Brasil, com liberação do dinheiro no ato da proposta; plantio com semente própria ou fiscalizada; plantio permitido no meio de outras culturas; feijão com garantia de Cr\$ 900,00 a saca de 60 Kg; fornecimento de sementes aos produtores, pelas Cooperativas.

Instaladas as lavouras em épocas já tardias, o clima favoreceu uma boa germinação das sementes, mas a partir daí começaram a surgir os problemas, principalmente ocasionados por uma forte seca que propiciou o definhamento total da cultura, impedindo o crescimento e qualquer possibilidade de produção.

A princípio o feijão foi contratado a nível de carteira do Banco do Brasil, sem um mínimo de assistência Técnica ou Fiscalização. A partir de um certo momento o agricultor, necessitando de orientação para tratamentos culturais e fitossanitários, procurou a Agência Financeira. Esta encaminhava aos Escritórios de Planejamento ou Cooperativa, que, por sua vez, mandavam de volta, por desconhecer tal atividade, visto que os contratos foram feitos diretamente com o Banco do Brasil.

Os agricultores notavam que suas lavouras estavam "desaparecendo" e que necessitavam de amparo do PRÓAGRO. Foi então que o Banco do Brasil transferiu às Agências de Planejamento e Cooperativas a incumbência de fazer uma vistoria de fiscalização, antes da vistoria da EMATER/PR, referente ao PRÓAGRO.

De posse das fiscalizações, o Banco do Brasil, sumariamente desvinculou todos os agricultores que não cultivaram toda área financiada ou aqueles que não efetuaram tratamentos culturais (capinas) em toda área ou parte da área, isto sem vistoria do órgão responsável pelas perícias do PRÓAGRO, a EMATER/PR.

No que diz respeito à área cultivada, os Fiscais do Banco do Brasil ou os Técnicos de Órgãos de Planejamento, calculavam a área de terra plantada, a partir apenas de um olhar. Daí deduziam, para quase todos, que o Contrato com o Banco não tinha sido cumprido. Os produtores tiveram que devolver o referente à parte não plantada e ainda vem sendo negado o PRÓAGRO da parte restante. Outros agricultores tiveram suas terras medidas a passos. Para quase todos concluiu-se que a área plantada não correspondia à do Contrato firmado com o Banco. E assim por diante, conforme poderá ser constata-

do através da leitura dos documentos em anexo.

No que se refere aos tratamentos culturais, não se necessitaria limpar uma cultura sem a mínima condição de produção, fato este que viria onerar desnecessariamente um empreendimento já frustrado desde suas origens, por ter sido lançado em época imprópria tecnicamente. Outro aspecto que deve ser salientado é que durante uma seca, quanto maior o movimento do solo, maior será a sua perda de umidade. Cumpre ressaltar, ainda, que em lavouras onde as capinas foram realizadas a perda é absolutamente igual à de lavouras onde não foram efetuadas capinas.

A única solução para tal episódio é o imediato pagamento do PRÓAGRO das áreas plantadas, em 100% (cem por cento), conforme foi inicialmente garantido pelo Governo, caso contrário ocorrerá, inevitavelmente, um grande desestímulo ao plantio do feijão das águas, em desconforto às atuais e futuras necessidades do País."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este episódio do feijão no Estado do Paraná, é realmente lamentável; mais uma vez vem demonstrar que técnicos de órgãos do Governo Federal, encarregados de planejar e administrar a agricultura no nosso Estado ou no País, estão totalmente alheios às necessidades e ao conhecimento mínimo necessário para que se possa produzir alguma coisa.

É urgente, Sr. Presidente, que o Governo tome medidas, em favor desses homens que atenderam esse pedido e que hoje vivem totalmente desprestigiados, marginalizados e maltratados pelo Banco do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem desta tribuna, o nobre Deputado, meu ilustre amigo, Adalberto Daros, teceu considerações sobre o Porto de Paranaguá, e nessas considerações dizia o Deputado, creio eu que com a melhor das boas intenções, muitíssimo bem intencionado como sempre o foi, mas mal informado, esteve em Paranaguá, a convite de funcionários que trabalham no Porto.

Eu quero fazer uma correção. Funcionários que trabalham numa empreiteira do Porto de Paranaguá. O Porto de Paranaguá é perfeitamente distinto das empreiteiras com quem o Porto mantém contratos e que alguns funcionários dessa empreiteira — não do Porto —, teriam reclamado de que percebem salários míseros, numa discrepância total com outros funcionários, isto sim, do Porto de Paranaguá, que percebem altos salários.

Eu queria esclarecer ao Deputado Daros, por quem, nutrimos uma grande simpatia e um enorme respeito, que o Porto de Paranaguá, a exemplo do que essa Assembléia faz com a Orbran, tem contratos feitos com firmas prestadoras de serviços — são várias firmas — com vigência até 31 de dezembro deste ano, contratos para limpeza de armazéns, limpeza de pátios e serviços gerais. É claro, é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os salários não podem ser iguais, como não são iguais os salários de um funcionário da Casa, com um funcionário da Orbran. É perfeitamente admissível tudo isso. O que o Porto faz, nesse contrato que tem com as firmas que prestam serviço ao Porto de Paranaguá, na ocasião de efetuar o pagamento, exige apenas a regularidade da documentação exigida pela legislação social.

Eu quero fazer os devidos reparos ao Deputado Daros, que infelizmente está ausente na Sessão de hoje, mas eu, tão logo ele aqui chegue, vou conversar com o Deputado e esclarecer que ele obteve informações que carecem de fundamento.

Também é uma inverdade, e o Deputado Daros recebeu

informações inverídicas e eu tenho certeza que disse o que chegou ao conhecimento dele, que o Presidente da Câmara de Paranaguá, que não é o Sr. Joel Ferruci. Joel Ferruci é um vereador. O presidente da Câmara é o Lourival não sei das quantas. Lourival de tal. É o cidadão que preside a Câmara Municipal de Paranaguá. O vereador Joel Ferruci, que segundo disse o Deputado Daros, segundo depoimento dele, prestado nesta tribuna e eu estou colhendo de notas taquigráficas da Sessão de ontem, esteve no Gabinete dele e, se faltou com o respeito, merece ser punido e ser criticado, como foi pelo Deputado, mas ele não é o Presidente da Câmara — apenas para dirimir essas dúvidas, e não é o titular da firma. O titular da firma é um seu irmão. Eu não quero entrar no mérito da questão que trouxe o Deputado Daros aqui, apenas quero corrigir certas distorções feitas — não intencionalmente tenho certeza. A intenção do Deputado não foi dolosa e jamais o seria. É apenas para que essas dúvidas sejam dirimidas, sejam esclarecidas, e que o Deputado Daros tome conhecimento da verdade, que é uma só e é incontestável.

O Porto de Paranaguá não tem a menor obrigatoriedade de saber quanto ganha um funcionário de uma empresa que é contratante de serviços, como não tem a Assembléia Legislativa, de quanto percebe um funcionário da Orbran, ou outra firma equivalente, prestadora de serviços.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compareço a tribuna hoje, para registrar a implantação do Programa denominado "PROJETO POLARIZAÇÃO DO ESPORTE" desenvolvido pela secretaria de cultura e esportes que tem como titular nosso colega Deputado Luiz Roberto Soares. O evento dar-se-á sábado próximo, dia 31, em Maringá; devendo comparecer o titular da pasta da cultura e esportes, o Secretário de Educação, Edson Machado, além de prefeitos e vereadores de vários municípios beneficiados pelo projeto. O modelo de ação para o projeto enfatiza a necessidade de implantação de polos esportivos como o meio de difundir a prática do esporte olímpico, aprimorando a aptidão física, estimulando os atletas e elevando o nível técnico das representações paranaenses nas competições esportivas e dos dirigentes do esporte do alto nível. A instalação desses polos concorrerá para a maior eficiência do programa, uma vez que a descentralização das orientações atingirá efetivamente os municípios. Estes transformados em instrumentos atuantes, agirão no sentido de sensibilizar as comunidades e torná-las predispostas à participação nas atividades programadas.

A implantação dos "POLOS ESPORTIVOS" irá dinamizar e ampliar a prática esportiva e a busca de futuros campeões nas modalidades de ginástica olímpica, ginástica rítmica desportiva, judô, atletismo, esgrima, basquete, voleibol e handebol, e acontecerá durante a instalação dos jogos estudantis do Paraná, em cerimônia marcada para às 10:00 horas do próximo sábado, no ginásio de esportes "CHICO NETO" da cidade de Maringá.

Segundo dados fornecidos pela coordenadora de esportes, os jogos estudantis contarão com representações esportivas colegiais de 31 municípios disputando títulos nas modalidades de voleibol (masculino e feminino), handebol (masculino e feminino) judô e xadrez. Após o término dos jogos, a coordenadoria de esportes da Secretaria de Cultura e Esportes listará os melhores atletas para a formação das seleções do Paraná, que a partir do dia 13 de julho, participarão dos campeonatos escolares brasileiros do MEC, em Curitiba, Araçá, Belo Horizonte e em Belém.

Para os jogos estudantis, em Maringá, a Secretaria de Cultura e Esportes e a Prefeitura de Maringá, estarão assistindo cerca de 1.000 atletas colegiais de todo o Estado.

Por outro lado, vale lembrar ainda, que a Secretaria de Cultura e Esportes, assinará, durante a estada de seu titular em Maringá, convênio com a Prefeitura Municipal daquele Município, no sentido de uma operação conjunta para maior difusão da natação, que recorda-se, Maringá revelou uma profusão de valores para o desporto aquático paranaense e brasileiro.

O Governo do Estado, pela Secretaria de Cultura e Esportes, amparará esse projeto, em cuja execução, a Prefeitura de Maringá, pelos seus meios e pela estrutura que já possui, compromete-se a executá-lo, inclusive com a manutenção regular de equipes representativas em competições da Federação de Desportos Aquáticos do Paraná e da própria Coordenadoria de Esportes sempre que forem promovidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O registro que faço, é para ressaltar que o Governo Ney Braga, em suas diretrizes globais enfatiza a educação, a cultura e o esporte, como parte da política social. As promoções esportivas e culturais e tudo que se estiver ligado ao desenvolvimento físico, ao aprimoramento da inteligência e sensibilidade do povo. O projeto "POLARIZAÇÃO DO ESPORTE" envolverá um investimento de Cr\$ 8.769.000,00 (oito milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros) destinados à impressão de fichas, recuperação e ampliação de recursos físicos, aquisição de equipamentos, colocação a disposição de professores especializados, observando sempre que possível, o desenvolvimento em cada região ou município beneficiado, o aproveitamento da estrutura existente, visando a maior ocupação das praças de esportes já construídas.

Acreditando no sucesso da iniciativa, pela seriedade com que está sendo implantada pelo competente Secretário da Cultura e do Esporte, LUIZ ROBERTO SOARES e pelos objetivos que busca, registro o fato por entender que o Paraná está procurando proporcionar ao País, com pioneirismo, condições para alcançarmos melhores marcas nas competições olímpicas internacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos comunicado da Federação dos empregados em estabelecimentos do Estado do Paraná, tecendo algumas considerações a respeito daquele assunto que nós levantamos na Casa, com relação ao Banco do Estado do Paraná, hipotecando à solidariedade àquele pronunciamento.

(Lê):

a) Em 1.976, à guisa de ter reestruturado o quadro de suas várias carreiras, o Banestado reduziu a gratificação semestral de 1/3 para 1/4, descumprindo critério até então respeitado, já consagrado pelos usos e costumes, e robustecido por várias decisões proferidas através da Justiça do Trabalho. Essa redução, além de lesar um direito adquirido, levou aos seus funcionários situação difícil e intranquila, uma vez que, como todos sabem, vários compromissos são assumidos pelo empregado ao amparo de gratificações semestrais;

b) Não é demais enfatizar que o objetivo de qualquer empresa é a conquista de sólida situação econômico-financeira, condição esta que depende, sobretudo, da perfeita harmonia entre as forças capital e trabalho, fatores que integram, indissociavelmente, a força de produção;

c) Advogamos o princípio de que ao Capital deve ser proporcionada a justa remuneração a fim de que os investimen-

tos sejam estimulados; mas, por outro lado, ao trabalho deve ser dispensado idêntico tratamento pois, além de também contribuir para a formação do resultado final, há que resguardar o aspecto social, finalidade precípua da formação de qualquer empresa;

d) Em 1.979, o fato voltou a se repetir, visto que a Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., reduziu para um salário o valor da gratificação semestral atribuída aos seus funcionários;

e) Se problemas há que impossibilitem à Diretoria daquele Banco de respeitar o percentual anteriormente concedido, deve-se destacar que sua origem remonta a atos administrativos, o que torna, além de injusto, anti-social transferir para seu pessoal o ônus decorrente de uma soma de fatores, para cuja consumação seus empregados não contribuíram com qualquer parcela;

f) Em pronunciamento feito nessa mesma Casa, em 07 de maio de 1.980, o Deputado Erondy Seilvério, declarou não ter havido, em termos nominais, redução na gratificação semestral paga pelo Banco do Estado do Paraná S.A. aos seus funcionários.

Ainda que se admita o fato de o Banco do Estado do Paraná S.A. ter proporcionado gratificação aos seus funcionários em valores nominais superiores, não se pode admitir que o empregador, a seu arbítrio, provoque redução dos valores, que seriam superiores se aplicado fosse o critério até então respeitado.

O Banco do Estado do Paraná S.A., embora tenha concedido a gratificação com base no salário, deixou de cumprir suas obrigações para com o seu quadro de pessoal, porquanto o valor pago é, efetivamente, inferior ao calculado com base em 1/4 da remuneração percebida no semestre, critério este que, como já dissemos anteriormente, além de incorporar-se aos contratos de trabalho pelo direito consuetudinário, vem merecendo respaldo da Justiça do Trabalho, em decisões prolatadas em ações movidas por funcionários daquele estabelecimento, que encontraram em tal caminho, a única forma de fazer valer seus direitos.

Como sempre advogamos as soluções harmônicas, como forma mais válida para dirimir conflitos, fizemos apelo à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que tais distorções fossem corrigidas, o que, infelizmente, não encontrou eco no seio de sua administração.

Assim, por ainda acreditar no respeito à justiça, princípio fundamental que eleva a própria democracia, apelamos a essa Assembléia para que dê ampla cobertura aos funcionários daquele Banco, se empenhando para que as injustiças sejam corrigidas.

a) Pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná e seus Sindicatos filiados

- Sindicato dos Bancários de Apucarana;
- Sindicato dos Bancários de Cornélio Procopio;
- Sindicato dos Bancários de Curitiba;
- Sindicato dos Bancários de Londrina;
- Sindicato dos Bancários de Maringá;
- Sindicato dos Bancários de Paranaguá;
- Sindicato dos Bancários de Paranaíba;
- Sindicato dos Bancários de Ponta Grossa;
- Sindicato dos Bancários de Umuarama.

Carlos Eduardo Zaina, Presidente e
Roberto Pinto Ribeiro, Secretário."

Queremos esclarecer, que o Banco do Estado do Paraná, suspendeu as operações de crédito por determinação do Banco Central, pois já ultrapassou o limite de 45% para essas operações. Em abril chegou a 46%, a partir de hoje, só poderá utilizar sua linha de crédito com reembolso de operações anteriores.

Foi a determinação do Banco Central, numa reunião

que terminou à uma e meia desta manhã.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje para registrar a satisfação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao conquistar mais um Vereador da importante cidade da região metropolitana, de Curitiba, São José dos Pinhais, quando um Vereador, José Nogueira, Presidente da Câmara Municipal daquela cidade, na última terça-feira, formalizou seu pedido de filiação ao bloco partidário do PMDB.

Além de dar as boas vindas ao novo companheiro, que vem somar ao partido que procura, neste País, a verdadeira Democracia, deve-se registrar que sua passagem para o PMDB deve-se muito à péssima administração do Sr. Prefeito Municipal, Moacyr Piovesan que vem impondo os maiores desmandos possíveis àquela localidade.

Ainda na última terça-feira, unanimemente os vereadores da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, repudiavam um decreto da autoria do Sr. Prefeito Municipal, quando nominava as ruas do Jardim Aristocrata naquela cidade, com nomes da História Universal, como: Platão, Sócrates, Diógenes e inclusive precursores do Nazismo. Faltou naquela ocasião, inclusive, por parte do Decreto do Sr. Prefeito Municipal, uma justa homenagem talvez no seu entendimento, a Adolf Hitler. E por isso mesmo, é que a Câmara Municipal de São José dos Pinhais, nesse instante merece deste Deputado os cumprimentos, ao repudiar a atitude daquele prefeito que vem realizando uma das piores administrações em todos os tempos, na cidade de São José dos Pinhais. Se não bastasse isso, foi um prefeito eleito pela extinta legenda do MDB mas por interesses pessoais e por negociações que envolveram aquele município, acabou deixando a legenda da Democracia do MDB, passando para o Partido da Situação.

Era isso, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes nos surpreendeu a leitura de um manifesto da Câmara de Vereadores de Guaratuba, declarando "Personas non Gratas" a dois Deputados brilhantes da bancada oposicionista do PMDB, Nelson Friedrich e Waldyr Pugliesi.

Somente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para constatar que para nós não é surpresa que uma câmara que consente o despejo de moradores para construir uma praça para um dos mais odiosos ditadores da América Latina, Stroessner, venha logo em seguida reagir aos democratas que teceram duras críticas a este respeito. Os ditadores sempre têm os seus aliados em todos os campos do mundo. Inclusive em Guaratuba encontraram os seus aliados na pessoa do Prefeito e agora, numa grande parte de Vereadores. Porque acredito que inclusive, o único vereador opositor, não tenha votado com esse voto de "persona non grata" a nossos democratas.

No entanto o que não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que na alegação e na justificativa eles montem este projeto calunioso, baseado em mentiras. Porque não haverão esses Srs. Vereadores, de admitir que a Sra. Hilda Gastaldi, viúva de um militar que também foi vítima de despejo naquela área a ser construída a praça. Que ele esteja mentindo. Aliás, em resposta a este ato vergonhoso em que não se contentando

a bancar o "Gira-sol" aqui no nosso País, ainda procuram sustentar ditaduras cruéis e ordinárias como aquela do Paraguai. Em resposta a elas, eu quero aqui homenagear a Sra. Hida Gastaldi, viúva de um Militar, morador há 18 anos no local, onde foi construída esta praça, que inclusive ao lado de milhares de outras pessoas, ou centenas de outras famílias de pescadores, famílias humildes, foram despejados, sob a alegação de que a União precisa do local pois o terreno na Marinha será doado à Prefeitura. E ali, conforme o testemunho de "O Correio de Notícias" jornal respeitado, respeitoso, inclusive, que teve a coragem de denunciar. Diz o jornal: — "Que ali iria construir a continuação da Avenida Atlântica, que teve o seu início em 1.945. Em continuidade construiu-se a praça que serviu para homenagear o Ditador Stroessener. Já o Vereador Tistão Silva Mirandí, o único opositor do Prefeito na Câmara, disse também em reunião com os moradores, na presença de Hida Gastaldi, que a Câmara deveria apoiar os moradores da Avenida Brejatuba, pois são pessoas que poucos recursos financeiros têm e não sabem para onde ir. Portanto, essa viúva, que possui uma belíssima casa naquela área e que foi vítima também desses despejos e dessas manobras, e por isso minha homenagem. Alega não estar preocupada com o seu futuro, pois vive de rendas e pode construir até 5 casas na cidade, ela tomou para si as dores dos mais necessitados. Um pessoal trabalhador; não é só pescador que ali reside, há todo tipo de profissionais, desde comprador de ferro-velho, no caso de Leopoldo dos Passos, até aposentados do Rural.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar. Em resposta ao vergonhoso apoio que está dando aquela Câmara, declarando "persona non grata" em Guarapuava, dois democratas desta Assembléia, desta Bancada, em resposta a nossa homenagem, de que ainda existe também em Guaratuba, gente com espírito democrático, como a Sra. Hida Gastaldi. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu não queria voltar ao assunto BANESTADO, levantado nesta Casa, anteriormente pelo nobre Deputado Fiori Luiz. Não voltaria porque trouxe naquela oportunidade, todas as informações solicitadas pelo eminente Deputado representante do Município de Londrina, pelo PMDB. Embora não tivesse sido seu requerimento aprovado pelo Plenário desta Casa. Porque é evidente que a bancada majoritária, identificou no mesmo, objetivos fundamentalmente políticos. Por essa razão, por ser esta uma Casa política e por ser a bancada do PDS majoritária, rejeitou o requerimento, sem contudo fugir da responsabilidade de trazer ao conhecimento de Sua Excelência, o nobre Deputado Fiori Luiz, os esclarecimentos que ele solicitava ao Governo do Estado, relativamente ao Banco do Estado, com exceção de um dos itens do pedido de informações, que era acobertado pelo sigilo bancário, conforme dispõe lei federal sobre o assunto.

Não voltaria ao assunto, porque considero aquelas explicações cabais e fundadas. Não fora ofício que recebo do Sindicato dos Bancários, Ofício de número 1/80, quer dizer o primeiro deste ano. E não fora também hoje, ter ocupado novamente a tribuna o Deputado Fiori Luiz, para abordar o mesmo assunto. E no final de seu pronunciamento ainda fazer uma ponta de ironia, trazer ao conhecimento da Casa aquilo que todos aqueles homens que se interessam pelas questões econômicas-financeiras do País já conhecem. A proibição do Banco Central, em que o Banco do Estado do Paraná e mais o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, continuem reali-

zando operações financeiras, operações de crédito, por já haverem ultrapassado o limite máximo de 45 por cento que foi estabelecido pelo CEPLAN para as operações financeiras na rede bancária do País, visando com isso, enxugar, como se diz, o dinheiro da praça, como uma das armas de combate à inflação. Se o Banco do Estado já aplicou este limite é porque realmente vem atendendo necessidades do comércio, da indústria do Paraná cumprindo o seu objetivo de banco de todos nós.

Mas eu volto a esse assunto porque, sobre nossas afirmativas, evidentemente que foram afirmativas coletadas junto ao Banco do Estado do Paraná. Isso não neguei, naquele pronunciamento do dia 6 ou 7 de maio — não me lembro bem da data — já havia dito à Casa que as nossas afirmativas, as informações que trazíamos foram coletadas junto ao Banco do Estado do Paraná.

Pois bem, emitii o Sindicato dos Bancários o seu Comunicado 01/80, que, a pretexto de esclarecimentos, comete equívocos e injustiças, divulgando informações erradas à classe. E com o agravante ainda, de emitir conceitos pessoais do Presidente daquela entidade classista, Sr. Luiz Carlos Saldanha de Almeida, que adjetiva sobre inverdades.

Diz aquele Senhor, num dos trechos do Ofício 01/80, "que ao usar a apreensão, a nossa posição sobre o assunto, tendo em vista as nossas raízes humildes de homem honesto e trabalhador, afirmando que desconhecemos a disparidade social e econômica entre o banqueiro e o bancário".

Não desconhecemos, não. Fique tranqüilo o Sr. Luiz Carlos Saldanha de Almeida, que não desconhecemos. Sabemos que o banqueiro ganha mais do que o bancário. Sabemos que o bancário ganha mais que o operário. E que o operário ganha mais que o bóia-fria.

Sabemos também que os garotos admitidos pelo Banestado, cuja contratação o Sr. Luiz Carlos Saldanha de Almeida qualifica como "aliciamento" e "forma irregular e desumana de contratação de mão-de-obra", fazendo lembrar a "barganha do homem como mercadoria, como se fazia no Brasil, há 200 anos".

Têm exatamente, a seguinte situação funcional e de vida que, preza-nos Deus, pudesse ser desfrutada por todos os garotos brasileiros.

Aqueles meninos admitidos, através de um convênio com o Instituto de Assistência ao Menor, recebem daquela entidade: casa, educação, alimentação, vestuário, assistência médica, dentária, social e religiosa. E a serviço do Banestado, aqueles meninos têm jornada de trabalho de 7 horas, numa semana de 5 dias. Têm refeição gratuita, no local de trabalho.

E o que é mais importante, Srs. Deputados, iniciação teórico-prática, para iniciarem no Banco e um salário-mínimo de adulto. Isto é, Cr\$ 4.149,60.

Digo isso e provo, tenho em mãos a cópia do convênio entre o Banco e o Instituto de Assistência ao Menor.

Os Srs. Deputados podem ver que favorecer aqueles jovens dando-lhes condições privilegiadas dentro da realidade brasileira, valeu ao Banestado ser chamado de aproveitador de escravos, significado real do que afirmou o Sr. Saldanha de Almeida, ao qualificá-los de mercadorias comerciáveis como se fazia no Brasil, há 200 anos.

E ainda mais um pormenor que o nobre Deputado Fiori Luiz deveria ter atentado, naquele Ofício; o Presidente daquele Sindicato está totalmente desinformado sobre o que ocorre. Porque, diz aquele Senhor que o salário dos garotos é de Cr\$ 2.800,00, e não é não. É de Cr\$ 4.149,60.

Como também não é verdade que o menor salário do Banestado seja de 8 mil cruzeiros, como afirma o comunicado do Sindicato. O menor salário mensal do Banestado é o de contínuo, Cr\$ 8.800,00, atingindo, Cr\$ 12.120,00 mensais, com vantagens, sem contar outras, com a participação nos

lucros e esse contingente de menor salário, soma 400 pessoas para um quadro de 5.302 funcionários.

Dissemos que a média de salários do Banestado, é de Cr\$ 37.000,00, e é verdade. Essa média compreende ordenados, gratificações de cargo, horas suplementares, anuênios, ajudas de custo, participação nos lucros, férias, 13.^o salário, bonificações etc.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu já darei o aparte a Vossa Excelência, apenas quero terminar esse período.

"Diz o Presidente do Sindicato dos Bancários, que encontrar, vejam bem, vejam como é arejado esse Presidente, — "que encontrar tal número, seria o mesmo que dizer numa sociedade onde um ganha cem, cem mil cruzeiros e o outro dez mil cruzeiros, que a média salarial seria de cinquenta e cinco". Exatamente e aí acertou o comunicado 1/80 que aliás, deve ser o primeiro comunicado do ano. É um dado estatístico, e não há forma de encontrar média sem somar os salários, e dividir pelo número de pessoas, ou há alguma forma mágica? Não há!

Onde um ganha 10, outro 100, realmente a média é de 55. Mas não é o caso do Banestado. Não serve a ponta de ironia do Presidente do Sindicato dos Bancários.

No caso do Banestado, a média é tirada entre 5.302 funcionários, quadro no qual se dilui a minoria dirigente. A média salarial do Banestado — repito mais uma vez — só é inferior à média salarial do Banco do Brasil.

Concedo o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Erondy, solicitei o aparte a Vossa Excelência, para dar o meu testemunho do respeito que o Banco do Estado tem pelo seu funcionalismo, testemunho esse que eu pude presenciar na cidade de Jandaia do Sul. Está para ser instalada agora, no mês que vem, uma agência do Banestado e naquele mesmo Município, um gerente conceituado do Bradesco, deixou aquela agência, e foi solicitado, pela comunidade de Jandaia do Sul, para que aproveitasse esse gerente no Banco do Estado. Eu fui o portador dessa mensagem, da reivindicação, inclusive de um dos comerciantes que prometia abrir uma conta com dez milhões de cruzeiros. A resposta que nós tivemos — fomos muito bem atendidos no Banco do Estado, mas disseram que eles precisam, e é costume do Banco do Estado, que existe uma comissão de funcionários e que nesta época, quando abre uma agência, dá promoção aos funcionários existentes no Banco. É a oportunidade deles subirem e que os próprios funcionários classificam pelos seus serviços prestados e promovem, entregando à agência, esses funcionários indicados, de acordo com uma comissão lá constituída.

O Banco do Estado é como se prestasse uma ação social, nesse aproveitamento dos menores, que é fato inédito. Quando se falou também nas demissões do Banestado, o grande número, nós sabemos que o processamento de dados do Banestado, dá oportunidade a esses estudantes que vêm para Curitiba, para cursar o segundo grau, para fazer cursinho e que quando chegam as férias, eles mesmo, para retornar às suas casas, pedem demissão; eles dão oportunidade para que eles possam estudar e prestar algum serviço ao Banestado e receber alguns vencimentos. É isto o que tem acontecido, nobre Deputado. O Banco do Estado é o orgulho do Paraná, pela maneira com que vem sendo administrado, com lisura, com dignidade, não só nesta Administração, como na passada também, pois sabemos o trabalho desempenhado neste Banco que é o orgulho do nosso Estado, e por isso cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, pronunciamento justo e que não presta nenhum elogio ao Banco do Estado. Faz justiça ao trabalho que ele vem desenvolvendo em favor do nosso Estado e do nosso povo, em respeito aos seus funcionários.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, e eu realmente não estou procurando agradar ninguém, nem fazer elogios, que não é do meu feitio. Se estivesse o Banco do Estado, agindo da forma como aqui foi acusado, com o seu funcionalismo, eu não estaria ocupando esta tribuna para prestar à Casa os esclarecimentos que presto.

Confirmo também, que não houve redução na participação de funcionários nos lucros do Banestado, não houve redução, houve aumento. Em 1.978, o Banco pagou como participação nos lucros, 113 mil cruzeiros. Em 1.979, vejam bem, em 78 pagou 113 mil cruzeiros e em 1.979, com 305 funcionários a menos, o Banco pagou 175 mil cruzeiros. Quer dizer, o bolo cresceu, e o número de funcionários diminuiu. Então, de que forma a fatia que correspondeu a cada um, poderia ser menor? Eu não entendo essa matemática, vou voltar para a escola.

A participação de cada um em 78 foi de 39% de uma quantia menor, para 54% de uma quantia maior em 79. São números que eu tenho aqui, não são afirmações levianas, são números, 2 e 2 são 4 até que seja provado o contrário. Se me mostrarem, como diminuiu essa participação real, sem entrar no mérito veja bem, e eu aqui peço a atenção do nobre Deputado Fiori Luiz, a quem eu respeito, rendo minhas homenagens por estar defendendo um lado que ele considera certo, é uma questão de foro íntimo, mas, sem entrar no mérito me provar que esta participação real diminuiu sem entrar no mérito, se incorpora ou não por decisões judiciais, eu pago a diferença, pago mesmo, vendo o que eu tenho e pago sem entrar no mérito das decisões judiciais. Que incorporação é outro problema, porque essas alegadas decisões judiciais, são problema de justiça e eu realmente, e aí de novo tem razão o Presidente do Sindicato, não conheço o alegado parecer da Junta de Conciliação de Londrina, não conheço mesmo. Aí, está com a razão o Sr. Presidente do Sindicato dos Bancários.

E, ele diz ainda, "que lhe preocupa ver pronunciamentos como o nosso, partindo de um homem de raízes humildes como eu sou". Bem, nós que já fomos Presidente de Sindicato de Trabalhadores como Sua Senhoria, e com muito orgulho nos preocupamos, de ver um líder sindical mal informado, assinando um comunicado à classe, eivado de inverdades. Digamos, eu retiraria a palavra verdade mas de equívocos, de enganos. Talvez não fosse intencionalmente mas, que há inúmeros equívocos naquele comunicado há. Eu nada tenho contra Sua Senhoria, o Presidente do Sindicato dos Bancários, apenas rebato as injustiças que ele me endereçou.

Certos, eu acho que estão certos, os bancários em reivindicar como todos os trabalhadores, porque hoje não há bom salário neste País, a não ser para uma meia dúzia de privilegiados, de tecnocratas privilegiados. Mas que se reivindique dentro do padrão lógico, que deve reger as relações humanas e sociais e, não qualificando de irregular e arbitrária como faz o comunicado, uma política funcional como poucas empresas, embora muitas o desejem, consegue desenvolver a exemplo do **Banestado**. Empresas também passam dificuldades, hoje passam dificuldades imensas, e muitas delas gostariam de pleitear a participação dos seus empregados, não só nos lucros mas também nos prejuízos.

A minha solidariedade ao bancário, ao trabalhador que reivindica, minha admiração ao sindicato dos bancários, pela tradição de conquistas.

Minhas congratulações ao nobre Deputado Fiori Luiz, por se ter engajado numa luta destas, que merece efetivamente os elogios. E o meu lamento por ver o timbre do Sindicato dos Bancários, que é uma entidade respeitada, ser usada para encabeçar afirmações menores, destituídas de objetivos classistas.

Os funcionários do Banestado participaram da metade dos lucros do estabelecimento em 1979. Ampliar este percentual, seria vergonhoso. Porque disto também esqueceu o Presidente do Sindicato. No Banco do Estado do Paraná não existe banqueiro, porque é um banco de propriedade de todos nós, de todo o povo paranaense. Dirigido por pessoas que não são proprietárias, mas delegadas desta grande maioria que é o povo paranaense.

Acho que o simples fato enunciado hoje em tom de ironia, de ter o banco já ultrapassado os 45%, esdruxulamente permitidos pelo Sr. Delfim Neto, para a rede bancária nacional, medida esta que vai provocar uma recessão neste País, ao meu ver muito pior do que inflação. O simples fato de haver o Banestado, já no mês de abril, atingido este coeficiente, este limite, prova que a sua diretoria vem, efetivamente, atendendo aos reclamos da média e da pequena empresa no Paraná.

Para isto foi criado o Banco. Por isto ele existe. Por isto devemos respeitá-lo. Fazer Oposição é uma coisa, mas investir contra um dos maiores patrimônios do Paraná, é que não podemos aceitar. Salvo quando as medidas tomadas pela diretoria daquele Banco forem passíveis de críticas. Medidas comprovadas. Não repito aleivosias como que ouvimos nesta Casa, dias atrás, e hoje novamente repetidas.

Não voltarei mais à este assunto, a não ser que venham provas concretas de que o que afirmo aqui são inverdades.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento).**

Muito obrigado, Deputado Erondy, é evidente que o Sr. apresenta a sua versão, agora eu continuo com a versão e com os fatos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já lhe concederei o aparte, só quero corrigir uma distorção. Não apresento versão, apresento dados, números. Vossa Excelência sim, tem apresentado versão até agora, porque não trouxe nenhum dado. Já forneci a Vossa Excelência números.

O Sr. Fiori Luiz — Prefiro ficar com os dados do Sindicato dos Bancários; porque o Sindicato vive o dia-a-dia dos bancários. O Sr. dizia que o Banestado tem atendido às necessidades do povo e daí ter ultrapassado os seus limites de operação de crédito. No mês de abril, atingiu 46%.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não disse do povo, disse da pequena, da média, da grande empresa paranaense.

O Sr. Fiori Luiz — Ou dos grandes grupos do Governo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência poderia citar um grupo político beneficiado pelo Banco do Estado?

O Sr. Fiori Luiz — Oportunamente voltaremos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência cite antes de fazer qualquer calúnia, antes de levantar qualquer suspeição, Vossa Excelência cite o grupo, cite o Deputado que está devendo dinheiro ao Banco do Estado e não pagou.

O Sr. Fiori Luiz — O importante é que o nosso requerimento que não foi aprovado nesta Casa, continuamos nos debatendo no sexto item, dos créditos, dos créditos de liquidação.

Hoje o Banestado enfrenta este problema, inclusive vinte e cinco agências num regime de pré-falência, em função destes empréstimos altíssimos a grupos que apoiaram e apoiam candidatos do Governo a Deputado Federal e Deputado Estadual e a Prefeitos.

E mais, esta redução da gratificação, segundo a CLT, reduzir salário pode dar pena de seis meses a um ano de cadeia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então já deviam estar todos presos os Diretores do Banco do Estado. Não vi nenhum preso, até agora.

O Sr. Fiori Luiz — Nunca vi banqueiro na cadeia, também.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eles não são banqueiros, são representantes do povo do Estado do Paraná. O Banco do Estado do Paraná é o banco de todo o paranaense. Há uma diferença entre o banco do banqueiro, do grupo econômico, e o

Banco do Estado, que Vossa Excelência não quer entender.

O Sr. Fiori Luiz — Sr. Deputado, é tentar defender o óbvio.

O Paraná todo sabe que o Banestado é um banco que age em função de grupos políticos. Agora, provar, ninguém vê a energia elétrica, mas bote a mão num fio de 220 volts, para ver o resultado. A verdade é que o Banco do Estado está nessa situação, por empréstimos altíssimos a grupos que detêm a hegemonia política da ex-ARENA, hoje PDS.

O Banestado é um banco estrita e especificamente político do Estado do Paraná.

Houve uma assembléia, há um mês atrás, e traremos esse assunto na próxima semana, em que dirigentes e acionistas do Banestado, estipularam a gratificação semestral para eles — dirigentes do Banco e acionistas — para o empregado há o corte na gratificação. Para os dirigentes há gratificação integral. E o Sindicato dos Bancários deve entrar, nos próximos dias, com uma representação junto ao Ministério do Trabalho, exigindo o cumprimento da lei, o pagamento das gratificações que foram cortadas, dos funcionários. Foram cortadas em função desses empréstimos a grupos políticos. E para não quebrar o sigilo bancário, não apontaram em Cartório, que seria o caminho normal, quando alguém deve alguma coisa a um banco, apontar em Cartório. Preferiram jogar e atirar no fundo da cesta de crédito e liquidação.

Daí a pouca lucratividade do Banco do Estado do Paraná, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O aparte de Vossa Excelência é realmente daqueles apartes dados por um Deputado, como disse, ontem, o Deputado Trajano Bastos, frustrado.

Porque, Vossa Excelência insiste na mesma tecla de que existem grupos de políticos devendo. Mas, foi reptado, aqui desta tribuna, a trazer o nome desses Deputados que devem ao Banco do Estado. Vossa Excelência estará prestando um serviço à coletividade. E, realmente, valorizando o mandato que exerce. Porque trazer acusações "dizem por aí", "é público e notório", se trouxesse o fato, jogasse o fato, para ser desmentido. Vossa Excelência não traz nada disso.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).** — Estamos assistindo com interesse, a tese de Vossa Excelência, nosso Líder. E estranhamos um moço, como o Deputado Fiori Luiz, a acusar Deputados da ex-ARENA.

Queria, neste momento, com o devido respeito que tenho por esta Casa, pedir ao Deputado Fiori Luiz que fôssemos ao Banco do Estado e mandássemos fazer uma devassa nas contas de todos os Deputados, da ARENA e do MDB, para vermos quem deve mais ao Banco do Estado, quem não paga ao Banco do Estado.

Se o Deputado Fiori Luiz concordar comigo, ficaria eternamente grato. Para sabermos como está a situação e se o Banco do Estado cede apenas a Deputados da ARENA. O Banco do Estado é um órgão que serve ao Paraná e à sua gente.

O que não podemos admitir é ser chamados de velhacos. Então, quando se chama alguém de velhaco, é preciso que apresente provas.

Este o desafio que faço ao Deputado Fiori Luiz, para que fizéssemos uma devassa no Banco do Estado, cotejando as contas dos representantes da ARENA e dos do MDB, para que nossa honra não seja jogada e não fiquemos sujeitos à execução pública, por acusações levianas.

Deputado Erondy Silvério, neste instante, lançamos este repto.

Vamos ao Banco do Estado, vamos ter coragem, vamos como homens sem levar nada, solicitar que façam um levantamento nas contas dos Deputados da ARENA, dos nossos débitos. Tenho certeza que os Deputados da ARENA resolverão os seus problemas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência e concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência foi muito feliz quando do primeiro pronunciamento que fez, acerca de um pedido de informações, apresentado pelo Deputado Fiori Luiz e também o é nesta tarde e certamente tem sua tarefa bastante facilitada pelo padrão de moralidade que tem caracterizado a vida pública de Ney Braga e o nosso Governador procura projetar em todos os setores da Administração pública paranaense, a sua imagem, a sua conduta e o seu comportamento, e o Banco do Estado do Paraná hoje, como na Administração de Celso Sabóia, é uma instituição que merece a pública, que merece o nosso respeito, e nós paranaenses, nós que vivemos os problemas do Paraná, como Vossa Excelência vive como político, como empresário e como cidadão. Nós devemos dar valor ao Banco do Estado do Paraná.

Portanto, permita-me parabenizá-lo pelo pronunciamento, e fazer justiça à Administração atual do Banco do Estado e dizer que ela continua uma administração que simplesmente, procurou pautar o caminho da seriedade, da probidade e da responsabilidade.

Aqueles, Deputado Erondy Silvério, que simplesmente se conformam em fazer acusações e que no dizer de Ruy, mentem e acreditam na própria mentira, a esses, compete, cabe o ônus da prova.

Muito obrigado e meus parabéns.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte e agradeço também ao Senhor Presidente e aos nobres Senhores Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário, do Sr. Vicente Galdino, Presidente da Câmara de Japira, bem como do Vereador João Carvalho.

Encontram-se em visita a esse Poder, as senhoritas que representarão o Paraná, no concurso Miss Brasil.

Para tanto esta Presidência suspende o trabalho por alguns minutos e designa uma comissão composta pelos Senhores Deputados, Erondy Silvério, Darcy Deitos, Nestor Baptista, Jurandir Messias, Tércio Albuquerque, Deni Schwartz e Edilson Alencar, a fim de introduzirem neste Plenário, as representantes da beleza do nosso Estado.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta Presidência declara aberta a presente sessão e, com grande satisfação, é que recebemos no dia de hoje a presença em nosso Plenário das representantes de vários municípios do nosso Estado, de bonitas jovens que representarão o Paraná, no concurso Miss Paraná, Miss Brasil e esta Presidência registrando este ato, designa para fazer a saudação em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

jovens que estão aqui, representando os municípios paranaenses e que concorrerão ao concurso de Miss Paraná.

O saudoso e ilustre paranaense, Munhoz da Rocha, disse em certa ocasião, que "O Paraná é a síntese do Brasil", e, neste momento, posso dizer com a maior tranquilidade que este Plenário é não só a síntese do Paraná, pela representação política exercida pelos seus Deputados, mas, este Plenário, é a síntese da meiguice da mulher deste Estado, da candura da mulher paranaense, do amor que a mãe transmite ao seu filho, que a noiva transmite ao seu noivo, que a mulher transmite ao homem. E, numa hora em que o mundo inteiro luta contra o machismo, numa hora em que as mulheres buscam a sua afirmação não só perante a Lei mas perante a sociedade como um todo, numa hora em que as mulheres lutam contra o feminismo, recebê-las a todas aqui nesta hora, é para nós, um motivo de extraordinária alegria.

Que vocês sejam profundamente felizes e que vocês te-

nam a certeza de que realmente o princípio olímpico de Coubertin, é verdadeiro, é legítimo, é irrespondível. São muitas as que vão concorrer, uma só vai ser Miss Paraná mas, todas terão dado a principal contribuição que é a participação, que é o espírito aberto para concorrer, para disputar. Porque das regras do jogo, só podem ocorrer três resultados — vitória, empate e derrota. Mas do jogo, o que de mais nobre nós podemos colher, é o caráter para disputar, para concorrer e para enfrentar todas as adversidades de uma disputa, de uma luta de um verdadeiro jogo, porque o concurso que vocês vão enfrentar, não deixa de ser um jogo.

Felizes estamos nós portanto, por podermos ver embelezado o nosso Plenário neste dia, e por podermos ver, a mulher do Paraná, a brava mulher do Paraná representada, pela beleza, pela estatura moral, pessoal de cada uma de vocês.

Felicidades e obrigado pela visita.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Presidência suspende a sessão, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar as representantes da beleza do nosso Estado.

Suspendo a sessão por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está reaberta a sessão. No horário reservado às lideranças, no horário reservado ao PDS, concedo a palavra, dentro dos quinze minutos, por cinco minutos, ao nobre Deputado Airton Cordeiro. O horário restante de dez minutos, ao Deputado Túlio Zanchet.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Nestor Baptista, no Pequeno Expediente, fez alusão a um ato político que, a meu ver, tem um caráter estritamente doméstico no Município de São José dos Pinhais.

No entanto, como Sua Excelência trouxe à esta Casa, o posicionamento político partidário adotado por um Vereador daquele município, o atual Presidente da Câmara Municipal, devo me manifestar, desta tribuna, para tentar traçar, mesmo que rapidamente, o perfil da personalidade, do caráter e da atitude política do Vereador José Nogueira.

Peço vênha para me socorrer de dois eminentes Deputados desta Casa, que poderão testemunhar o que falarei aqui, no que evidentemente tocar ao Deputado Renato Bueno e ao Deputado Adalberto Daros.

Destacou o Deputado Nestor Baptista, que o Vereador José Nogueira aderiu ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, deixando o bloco parlamentar do Partido Democrático Social, por não entender como correta a administração do Prefeito Moacyr Piovezan.

Não discutirei esta administração, porque precisaria de muito tempo para exaltá-la e para fazer justiça ao trabalho do atual Prefeito de São José dos Pinhais. Mas me permito, para não ultrapassar aos cinco minutos que a liderança me concede, dizer que o Vereador José Nogueira, que hoje já não está mais no Partido Democrático Social, nas eleições de 1978, nas eleições que nos trouxeram à esta Casa, assinou um manifesto de apoio, em São José dos Pinhais, à candidatura do Deputado Renato Bueno à Assembléia Legislativa.

Quinze dias antes da eleição, sem que eu o procurasse, este vereador veio manifestar a sua intenção de votar neste Parlamentar, porque trabalhar já nem mais havia tempo, porque se trabalho algum ele fez, ele certamente deveria por um dever de consciência e de caráter, tê-lo feito para o candidato Renato Bueno, eminente companheiro que hoje está conosco nesta Assembléia.

No desdobramento do processo político, o Vereador José Nogueira assinou um manifesto de apoio ao Partido liderado pelo Presidente da República e esteve participando de um ato em São José dos Pinhais, no qual foi entregue este documento ao Presidente João Figueiredo.

Mais tarde, firmou outro documento, integrando-se ao

bloco parlamentar do Partido Democrático Social, e recentemente, comprometeu-se com o Deputado Adalberto Daros a ser um dos organizadores do PTB em São José dos Pinhais.

Por isto, não me surpreende, Deputado Nestor Baptista, que hoje o Vereador José Nogueira seja integrante do Partido de Vossa Excelência. Pena que não posso cumprimentá-lo, Deputado Nestor Baptista, porque em nada ganha o Partido de Vossa Excelência com a adesão deste Vereador.

Aqui na Assembléia, e o recebi por duas vezes, uma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dele ouvir o pedido imoral, a fim de que eu intercedesse junto ao Prefeito, para que o asfalto que passa diante de sua casa não fosse cobrado pela municipalidade; e o segundo pedido, para que me empenhasse junto ao Sr. Governador Ney Braga, a fim de que um emprego fosse arrumado para o seu filho que mora no Mato Grosso e que desejaria voltar.

Não tive a felicidade de ouvir este Vereador pedir alguma coisa pelo seu município, pela sua gente; sua atitude sempre foi ditada por este egoísmo e por esta falta de caráter que denuncio desta tribuna.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Era simplesmente este, Sr. Presidente, o esclarecimento que gostaria de prestar em homenagem...

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... à verdade e pelo respeito que tenho, por São José dos Pinhais, pelos seus políticos, pela sua população e pelos Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário restante da Liderança, concedo a palavra ao nobre Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "É sabido que um dos problemas cruciais do brasileiro reside numa grande faixa da população sem condições de uma alimentação ideal.

Antes mesmo de educar, alimentar é o melhor remédio. A produtividade dos trabalhadores adequadamente nutridos na infância é de 24% maior.

Uma criança desnutrida, segundo organismos internacionais, poderá produzir uma renda anual de 200 dólares, durante um período de 35 anos, a partir dos 15 anos. Uma melhoria de apenas 14% em sua alimentação simplesmente dobrará sua capacidade de trabalho ao longo dos 35 anos de atividade.

Ainda — e nos parece mais importante —: 90% da capacidade cerebral de uma pessoa forma-se até os cinco anos de idade. E, para que essa capacidade cerebral não sofra danos irreversíveis, a criança deverá ingerir uma quantidade mínima de nutrientes que, se não administrados em época oportuna, deixará irreversivelmente sua marca por toda a vida.

E mais. Para cada dólar gasto — ou melhor — investido em sua alimentação, a sociedade deixará de jogar fora, no futuro, 98 dólares com doenças relacionadas com a desnutrição.

Alimentar sai bem mais barato do que remediar. Os índices de acidentes de trabalho e as filas no INPS são provas desta afirmativa.

Infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados. A desnutrição é um fato concreto para uma grande parcela dos brasileiros. E não é para menos: para cada litro de leite estamos consumindo dois litros de aguardante. Estarrecedor. Mas é a verdade.

A partir deste enfoque permitimo-nos ocupar esta tribuna para manifestarmos nossa preocupação com as crianças paranaenses e brasileiras de hoje, que comporão a força de trabalho deste país amanhã.

Referimo-nos em particular à problemática do leite, alimento número um e insubstituível para as nossas crianças.

O panorama do abastecimento do leite em nosso país, começa pela própria capacidade física de produção. Não sabemos sequer quanto produzimos, nem a quanto monta nosso rebanho. As estatísticas são falhas e contraditórias. Já no ano passado falava-se num rebanho bovino de mais de 100 milhões de cabeças. Devemos ter, hoje, mais gado do que gente.

No entanto, a carne está a preço proibitivo para a grande maioria da população. E o leite, às vezes, jogado nos rios — como vimos pela televisão no ano passado — com os produtores inconformados com os preços, e às vezes importando, onerando nossa balança comercial, como tem ocorrido nos últimos anos.

O IBGE, em 1978, divulgava cifras de que o Brasil estaria ordenhando cerca de 11 milhões de vacas, com produção de dois litros por cabeça. Para nossa população atual, descontada a matéria-prima para os derivados, teríamos que a disponibilidade do brasileiro é de um litro de leite para cada sete pessoas. Notem bem, senhores. Um litro para cada sete brasileiros. Autêntico retrato do sub-consumo nacional deste que é um dos mais imprescindíveis alimentos da população, particularmente infantil.

No ano passado já tivemos algumas tentativas para resolver o problema do abastecimento. Inventou-se o leite tipo C, com apenas 2% de gordura, leite aguado e que há alguns anos atrás levava o leiteiro para a cadeia. A explicação foi de que a medida era necessária para se evitar a importação de manteiga.

Medida sábia. Para não deixar faltar a manteiga, alimento tão precioso às classes dominantes, roubamos às crianças as vitaminas A e D, tão necessárias ao normal desenvolvimento infantil. E, mais curioso, logo depois estávamos também importando o próprio leite. Tudo isto num país com mais de 8.500.000 km² e que poderia e pode, ser o celeiro do mundo, mas que, no momento, não consegue suprir de leite suas crianças.

Com tudo isto, o Brasil tem a honra de figurar em vermelho no Atlas do Banco Mundial, com a mortalidade infantil acima de 100 por mil nascidos vivos.

Para resolver este complexo quadro, nossas autoridades inventaram uma fórmula simplista, certamente também como forma de não causar impacto maior nos já alarmantes índices inflacionários.

Desde 16 de abril último criou-se um novo tipo de leite, chamado de especial e que de especial só tem o nome, pois é o mesmo tipo com 3,2% de gordura comercializado como leite tipo C no ano passado. Mudança mesmo só no preço, que simplesmente dobrou.

Segundo as Portarias 20, 21 e 22, o leite pasteurizado com 2% de gordura, vale Cr\$ 8,75 a nível de produtor e Cr\$ 12,00 o litro ao consumidor.

O leite pasteurizado com 3,2% de gordura deve ser comercializado pelo produtor a Cr\$ 13,00 e chega ao consumidor a Cr\$ 19,00. É chamado leite tipo especial.

O terceiro tipo, o B, deve valer Cr\$ 22,00 o litro a nível de consumidor.

O leite esterelizado, chamado de longa vida, está fora de qualquer tabelamento e de Cr\$ 15,50 que era seu preço no ano passado, pulou para Cr\$ 38,00 o litro.

A confusão é geral. Produtores, comerciantes e industriais protestam. O consumidor, no fim da linha, para não dizer no fim da picada, sem defesa, sem poder protestar, limita-se a observar.

Sim, apenas a observar o precioso e necessário líquido, pois, com o minguado orçamento doméstico não tem condições de adquiri-lo. Ainda bem que algumas indústrias já pensam em colocar no mercado embalagens de meio litro de leite, que

poderia ser comprado de vez em quando para suprir as necessidades básicas dos brasileiros de amanhã, que não podem se dar ao luxo de adquirir leite em pó próprio para alimentação infantil e que está sendo vendido a Cr\$ 70,00 e até Cr\$ 100,00 a lata.

O transtorno quanto ao abastecimento do leite é geral. As modificações ocorridas quanto à classificação originaram confusão total no setor, pois as Portarias não esclarecem de verdade quais as normas a serem adotadas para reconhecimento do produto ou seja, as indústrias e os produtores não possuem parâmetros concretos para diferenciar o leite produzido.

As regulamentações específicas para as diferentes áreas produtoras ainda não foram baixadas, ou não são do conhecimento público, através de portarias regionais.

Outra preocupação, esta do setor industrial, diz respeito à oferta do produto "in natura", para a fabricação do leite em pó, queijo e manteiga e que deveria ser vendido a preços mais baixos. Sem regulamentação, os produtores poderão optar em entregar o leite somente àqueles laticínios que pasteurizam o produto para consumo humano e que pagam um preço mais compensador.

Eis o panorama do abastecimento do leite em nosso país.

Quando das modificações em abril último, ficou convencionado que pelo menos 30% do total do abastecimento à população seria do tipo C, a Cr\$ 12,00 o litro. Mas o que vemos é que o tipo C praticamente sumiu do mercado, obrigando mesmo as famílias de renda mais baixa a, se quiserem fazer uso da preciosidade, consumirem o tipo especial, a Cr\$ 19,00 o litro, com aumento real de mais de 100% em relação ao mês passado.

O leite tipo B, a Cr\$ 22,00, desagrada também o comerciante, que diz ter, com este tipo, uma margem muito pequena de ganho em sua comercialização.

O leite esterilizado, chamado de Longa Vida, que segundo Carlos Marcondes, secretário da FAESP, perde 40% de seu valor nutritivo durante o processamento, não está tabelado e, adquirido ao produtor por Cr\$ 8,75, chega ao consumidor por até Cr\$ 38,00.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Alimentação é matéria de salvação nacional. Alimentação infantil deve ser matéria até de Segurança Nacional.

A grande maioria de nossas crianças não têm condições de consumir este produto não só de primeira, mas de absoluta necessidade. Diante deste quadro, vale perguntar: qual o futuro de nossas crianças? Terão elas mais tarde plenas condições para tocar esta Potência Emergente?

Todos, desde o produtor, passando pelo industrial e o comerciante, até o consumidor estão a reclamar da atual política sobre o leite. Nunca tantos reclamaram de decisões tomadas por tão poucos.

O produtor argumenta que os custos são cada vez maiores, pois, ao lado da inflação, as vacinas, as rações e outros itens básicos para a produção não são tabelados e sofrem altas vertiginosas.

O comerciante alega que a margem de revenda é tão pequena que não compensa, prestando-se apenas como intermediário, por atrair compradores de outras mercadorias.

O industrial queixa-se do mercado, preferindo produzir derivados e está a pedir regulamentação quanto aos critérios de remuneração ao produtor.

Aos consumidores, assustados com os atuais preços do leite e os derivados, mostram-se impotentes para reclamar e não lhes resta alternativa que não a de deixar ou diminuir o consumo.

Com a palavra a SUNAB e o Ministério da Agricultura.

Clamamos desta tribuna por uma política mais clara e realista no tocante ao leite. Se medidas forem tomadas, as crianças de hoje, que serão a força de trabalho do Brasil de amanhã, certamente agradecerão e só assim, com homens sadios, poderemos construir uma nação forte."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado ao PMDB, concedo por cinco minutos a palavra ao Senhor Deputado Darcy Deitos e o horário restante ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Determinados setores do Partido Situacionista, levaram uma rasteira do Governo Federal, quando da votação da Lei da Reforma Partidária, aonde comprometeram-se a votar pela extinção dos ex-Partidos ARENA e MDB, conquanto que as sub-legendas nas eleições municipais fossem abolidas e quando esta Lei foi promulgada, levaram a rasteira, porque Sua Excelência o Senhor Presidente da República, manteve as sub-legendas nas eleições de prefeitos. E no momento em que toda a classe política brasileira está apreensiva, quando sente-se de que o povo será novamente golpeado, aonde não teremos eleições, aonde os mandatos deverão ser prorrogados, de prefeitos e vereadores. No momento em que escutamos pipocar notícias pela imprensa, de que determinados governadores estão a defender eleições indiretas para o pleito de 1982, Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, Ney Braga, na última terça-feira em Brasília, diz à imprensa "porque não se estender a sub-legenda para as eleições de governadores estaduais", porque com as sub-legendas nas eleições do Palácio Iguazu em 82, os eleitores teriam mais uma opção oferecida pelo Governo.

Ora, no momento, em que todos estão imbuídos no aperfeiçoamento democrático, em que todos os políticos querem o pluripartidarismo, não podemos conjugar sub-legendas para eleições de governadores, não podemos conjugar pluripartidarismo com sub-legenda para eleição de governadores, mas por trás disso tudo, é que também a gente sente de que uma velha aspiração deste Governo, é a criação da Secretaria das Minas e Energia, trazendo o Sr. Saul Raiz para ser o Secretário das Minas e Energia do Paraná, preparando-o para disputar uma sub-legenda nas eleições de 1982.

Será que é por isto que Sua Excelência o Senhor Governador Ney Braga quer as sub-legendas e faz profissão de fé para que elas sejam mantidas nas eleições de 1982?

Eu gostaria aqui de fazer uma colocação, Sr. Presidente, no pouco tempo que me resta, dizendo que, fazemos essas colocações não que nós do PMDB tenhamos medo de sub-legendas para eleições de governadores, pode ter 3, 4 ou 5 nós as disputaremos porque nomes nós temos, mas o que nos preocupa, o que nos traz apreensão é que no momento em que todos estão imbuídos do aperfeiçoamento democrático, com eleições livres, diretas e mano a mano, é que nós não podemos concordar com as sub-legendas para eleições de Governadores em 1982.

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência deve ter acompanhado as declarações do Governador Ney Braga, e na verdade o Governador respondeu a uma indagação de um jornalista e disse, que a sub-legenda significa mais uma opção, da mesma forma como Vossa Excelência poderia dar uma outra resposta se perguntado, por um, a cerca de qualquer assunto até mesmo das próprias sub-legendas. Mas, Vossa Excelência ao que parece, ironiza quando afirma que se criaria no Paraná uma Secretaria de Estado, para que voltasse ao Paraná o ex-Prefeito Saul Raiz. E eu devo dizer a Vossa Excelência, que seria de uma extraordinária felicidade para o Paraná, poder ter de volta, o homem da capacidade administrativa de Saul Raiz, competente, capaz, não só para a Secretaria de Energia mas para qualquer secretaria e inclusive para o exercício da gover-

nança no Paraná. Porque se trata realmente de um grande homem. Por isso, eminente Deputado, permita-me refutar a tentativa de ironia de Vossa Excelência ao pronunciar o nome do ex-Prefeito Saul Raiz. Um dos grandes Prefeitos que Curitiba já teve. E quanto às eleições diretas, a colocação de Vossa Excelência para Ney Braga não serve, porque Ney Braga ganhou todas as eleições das quais tomou parte.

O SR. DARCY DEITOS — Eminente Deputado Airton Cordeiro, eu respondo o seu aparte, que em nenhum momento eu estou desconhecendo a capacidade do Sr. Saul Raiz. Porque fica claro o quadro, o Sr. Israel Klabin, Prefeito do Rio de Janeiro, se demite do cargo para assumir as funções exercidas atualmente pelo Sr. Saul Raiz, para ele vir ao Paraná para ser Secretário das Minas e Energia e disputar uma legenda que o Sr. Ney Braga quer, para as eleições de 82.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa concede a palavra no horário restante do PMDB ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Eu entraria nessa discussão dos dois nobres Deputados, fazendo votos que se o Sr. Saul Raiz, tenha pretensões de chegar ao Governo do Estado que ele venha a disputar através de eleições livres e diretas, sem sub-legenda essa possibilidade. Porque aí nós, do PMDB, derrotaríamos não só o Sr. Saul Raiz mas qualquer candidato que os governistas venham a apresentar nas próximas eleições.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Muitas vezes nós somos gratificados através da nossa atuação política, e foi o que aconteceu recentemente. Porque todos aqueles que nos conhecem, sabem da verdadeira alergia que nós temos por todas e quaisquer ditaduras, existam elas onde venham a existir. E, todos sabem que particularmente, aqui na América Latina, nós devotamos verdadeiro nojo a ditaduras do tipo do Sr. Pinochet no Chile, do Sr. Stroessner no Paraguai, do Sr. Videla na Argentina.

Todos sabem destas posições que assumimos ao longo de nossa vida, se somando à todos os democratas que realmente pretendem ver instalados aqui, na América Latina, regimes que possam dar condições de vida para a sofrida população latino-americana.

A alegria nossa é grande porque fomos agraciados, contemplados, pelos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Guaratuba, com o título de "persona non grata". E ainda, agora há pouco, estávamos vendo, dentro de nossa bancada, a frustração de todos os companheiros que não foram declarados também "persona non grata", da cidade de Guaratuba; porque este título honroso só foi concedido à mim e ao Deputado Nelson Friedrich.

Os outros estão frustrados, porque aqueles que dobraram a espinha diante de homens como este ditador paraguaio, se tivessem feito qualquer elogio à minha pessoa, não saberia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como poderia chegar na minha casa e enfrentar os meus familiares ou os meus amigos. Sinto-me gratificado por ter sido agraciado, volto a repetir, com este título de "persona non grata" agora, o que se nota neste expediente mandado pelos Vereadores títeres da Câmara Municipal de Guaratuba é de estarrecer. Porque aqueles que se derem ao trabalho de ler o que eles mandaram, vão ficar horrorizados, porque não percebem que são vítimas do regime, regime que não fez com que eles tivessem o mínimo de instrução, já que são pobres coitados, como outros milhões de brasileiros jogados na ignorância, por causa da existência deste regime que não quer que o povo saiba nada.

Srs. Deputados, gostaria que este Prefeito de Guaratuba, que é conhecido em todo o Paraná pela incompetência, pelo descaramento com que age em relação aos seus municípios, fizesse uma consulta ao povo de Guaratuba para ver se este

povo quer a permanência dele como Prefeito. A grande mágoa do povo de Guaratuba é ter, naquela cidade, um Prefeito que não é honesto, um Prefeito incompetente, que deveria ser, no entendimento deles, retirado da Prefeitura. Eles dizem que o Deputado Nelson Friedrich e eu, nada fizemos por Guaratuba. Pergunto, e eles que estão lá? Eu fiz sim, muita coisa por Guaratuba, o Deputado Nelson Friedrich e eu, fizemos muita coisa por Guaratuba.

É fazer esta denúncia, deste emporcalhamento de um pedaço do chão de Guaratuba, que recebeu a denominação de um homem que não deveria ter o seu nome escrito em nenhum centímetro do solo brasileiro.

Nós, quando combatemos estas ditaduras internas e externas, estamos fazendo muita coisa, não só por Guaratuba, mas por nosso solo, por nossa Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Portanto, gostaríamos de repetir aqui, a nossa satisfação em termos recebido este título de "persona non grata", através da Câmara Municipal de Guaratuba, porque se o contrário tivesse sido feito, nós não teríamos condições nem de continuarmos a desempenhar o nosso mandato e nem as nossas atividades políticas, porque está aí na prática, que a nossa palavra, a nossa luta, está trazendo dividendo, porque eles estão sentindo que o povo brasileiro, através da atuação de muitos brasileiros, em todos os lugares estão se organizando, estão se mobilizando, não estão aderindo ao Governo, não estão fazendo como outros que na hora da luta fogem da luta, nós estamos na nossa trincheira de combate daqueles que usurparam o poder. E quando nós vemos Deputados como o nosso companheiro Darcy Deitos aqui, a defender eleições diretas e realizações de eleições, nós temos que dizer que essa é a meta prioritária do nosso Partido. Que não desejamos a prorrogação dos atuais mandatos de Prefeitos e Vereadores nem por um minuto que seja, porque eles foram eleitos para serem prefeitos e vereadores apenas e tão somente por quatro anos. E estamos mobilizados, estamos nos organizando em todos os lugares, do Brasil, para conquistarmos na prática, o direito de termos eleições diretas em 82. Porque como já se afirma por aí, alguns governadores publicamente, como o Sr. Maluf em São Paulo, Magalhães na Bahia, Amaral de Souza no Rio Grande do Sul e outros, já estão a defender a Eleição indireta também em 82, porque sabem que receberão na urna o repúdio de todo o povo brasileiro. E outros Governadores, muitas vezes dizem que são favoráveis a eleições diretas, mas só falam isso para a imprensa, porque na intimidade, nós temos informações que eles também não querem a realização de eleições diretas porque perderão o mando que estão exercendo em nome das classes dominantes, que desde o início do Brasil, estão penalizando esta Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário. — (Pausa) — Declina.

Tendo declinado a Mesa consulta a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. — (Pausa).

Com a palavra o nobre Deputado Mário Celso.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário do Sr. Toguio Setogutti, Prefeito do Município de Umuarama.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou dando entrada à Mesa de um requerimento e solicito o apoio de todos os demais Deputados desta Casa.

Diz respeito inclusive a mais de 100 funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, diretamente e a milhares de funcionários públicos estaduais.

Todos sabem que com a regulamentação do problema da previdência social privada, várias organizações não tiveram as suas situações regularizadas normalmente. Mesmo assim, conti-

nuam arrecadando normalmente o seu dinheiro e mesmo assim continuam ainda conseguindo novos adeptos para as suas causas.

Nós sentimos este problema quando encontramos vários funcionários preocupados com a situação da União dos Profissionais Liberais do Brasil, órgão que está inclusive descontando dinheiro nas folhas de pagamentos de vários funcionários públicos estaduais.

Ora, todos sabem que o ritmo de salários de funcionários do Estado do Paraná, bem como de outros Estados, não tem acompanhado o ritmo da inflação.

Assim sendo, esses funcionários buscam uma nova forma para se garantir, visando o futuro.

Inclusive, em termos de pecúlio, de poupança.

Aplicam seu dinheiro nesse tipo de pecúlio, nessas organizações, nessas companhias de seguros privados.

E agora, ficam numa situação de dúvidas, porque ao que me consta, essa União de Profissionais do Brasil não conseguiu sua legislação. E assim mesmo, os funcionários continuam descontando dinheiro para essa finalidade.

Queremos, então, saber da SUSEP, qual a forma ideal de ação desses funcionários.

Não podemos, sabemos muito bem, fazer um pedido de informações à SUSEP, que é um órgão federal, então, estamos fazendo este requerimento, cuja súmula, inclusive, explica, que estamos aqui fazendo uma sugestão.

Vou proceder a leitura do requerimento. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Delegado Regional da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), sugerindo esclarecimentos com respeito a atividade da União dos Profissionais Liberais do Brasil.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Milhares de funcionários públicos estão hoje contribuindo com a União dos Profissionais Liberais do Brasil, de forma obrigatória, sem receber qualquer benefício ou garantia disso.

Estamos sugerindo, para tranquilidade dos milhares de contribuintes, uma tomada de posição da SUSEP, no sentido de esclarecer alguns pontos que estão provocando dúvidas e polêmicas, como:

- 1) A União dos Profissionais Liberais do Brasil está devidamente registrada junto ao Ministério da Fazenda e recebe fiscalização por parte da SUSEP?
- 2) Em caso negativo, qual o meio para se garantir a restituição das importâncias pagas, até o momento?
- 3) Deverão os funcionários públicos estaduais continuar permitindo no desconto para aquela organização, dos prêmios estipulados mensalmente, ou deverão proceder junto às repartições públicas o cancelamento dessas contribuições?
- 4) Saber se o Governo do Paraná determinou alguma medida acauteladora com respeito aos funcionários públicos do Estado, que estariam descontando, digo sofrendo descontos em seus vencimentos, relativos ao pagamento de mensalidades àquela organização?"

Era apenas isso que gostaria de deixar ao conhecimento dos Srs. Deputados e pedir o apoio ao meu requerimento que não é um pedido de informações. É apenas um requerimento sugerindo o fornecimento desses esclarecimentos.

E cabe à SUSEP a resposta, por uma questão até moral. Se não quiser, não podemos, naturalmente, exigir. Mas, por uma

questão moral acreditamos que a SUSEP possa garantir uma resposta que venha a esclarecer os fatos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Domício Scaramella, Deni Schwartz, Renato Bueno e João Elísio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Domício Scaramella, Adalberto Daros e Mário Celso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/80, de autoria do Sr. Deputado ADALBERTO DAROS, que concede TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ à Sua Santidade o Papa João Paulo II. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/80, de autoria do Deputado ROMERO FILHO, que altera para quinze (15) o número de Vereadores, a partir de 1.º de fevereiro de 1981, para a Câmara Municipal de Umuarama, Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na formado SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 11/80), que aprova termo de renovação ao Convênio n.º 22/77, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Município de Curitiba, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a elaboração de projetos e a execução de obras e serviços, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 21/80), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CAMPO LARGO, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 23/80), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, com a participação da

COMEC, visa a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 26/80), que aprova o termo aditivo e de re-ratificação n.º 1, ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná de Órgãos que especifica; que com a participação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, objetiva a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios à formulação do Modelo Territorial para o Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 27/80), que aprova o termo de renovação ao convênio de auxílio e cooperação n.º 214/78, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de TAPEJARA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 30/80), que aprova os convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e municípios nominados, objetivando a recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas caídas em outubro e novembro de 1979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 33/80), que aprova o convênio celebrado entre a União, através de Órgãos que especifica e o Governo do Estado do Paraná, objetivando dar continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira com os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 32/80), que aprova o termo de convênio e compromisso entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de CASCAVEL, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 31/80), que aprova convênio de cooperação e compromisso entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, e o Município de APUCARANA, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Almir Antônio Machado Nunes, ocorrido em Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Lucílio dos Santos Vieira, ocorrido em Apucarana.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Cozer.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Conselho Deliberativo de Acidentes do DETRAN, pela implantação de novas normas que resultarão na apreensão de carteiras de Habilitação dos maus motoristas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando a inclusão no Plano Estadual de Asfaltamento da estrada que liga Nova Aurora - Palmitópolis - Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Segurança Pública e da Administração, encarecendo sejam efetuados reparos na Delegacia de Polícia de Corbélia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo com a maior brevidade, a fixação do preço mínimo do café em Cr\$... 12.000,00 a saca de 60 quilos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Justiça do Estado, em forma de sugestão, no sentido de que na nova proposta de Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja criada a Comarca de Borrazópolis, com jurisdição sobre o Município de Kaloré.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao jornal "Tribuna da Cidade" de Apucarana, contendo voto de congratulações pelo 10.º aniversário de fundação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional da SUSEP, sugerindo esclarecimentos com respeito a atividade da União dos Profissionais Liberais do Brasil.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a inclusão de Santo Inácio na programação D.D.D.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex à representação do Paraná, de todos os partidos políticos, com assento no Congresso Nacional, encarecendo-lhes apoio à emenda constitucional proposta pelo eminente Deputado Alexandre Machado da Silva, que dispõe sobre a aposentadoria aos 25 (vinte e cinco) anos aos professores brasileiros.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont e outros, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Planejamento e outras autoridades, encarecendo a tomada de medidas no sentido de que seja efetuado o pagamento do PROAGRO em cem

por cento das áreas cultivadas com feijão das secas. — **Aprovado.**
Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de pedido de informações com respeito à morte do jovem José Luís Saldanha, atingido por uma rajada de metralhadora no pátio da Base Aérea do Bacacheri. — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — (Para encaminhar a votação).

Nobres companheiros, eu já senti a disposição dos demais companheiros deste Parlamento de todos os partidos, em votar favoravelmente.

Mas, gostaria só apenas de justificar mais uma vez, dizendo que apenas estranho a situação desse incidente.

Este jovem, José Luís Saldanha, morreu dentro da Base Aérea, foi levado ao Pronto Socorro do Hospital Cajuru e lá veio a falecer.

A família não tomou conhecimento.

A Secretaria da Segurança e a Delegacia de Homicídios também não tomou, e nós, população, ficamos sem saber o que havia ocorrido.

Sabíamos apenas que existia uma morte, que o jovem de 18 anos perdeu a vida.

Agora, o que gostaríamos de saber, era se esse jovem era ou não militar, sei que se ele fosse militar, como era, naturalmente caberia à Justiça Militar responder pelo ocorrido.

E nós não queremos absolutamente aqui, interferir na Justiça Militar e nem na justiça comum, a justiça civil.

Nós queremos apenas a explicação do que ocorreu, porque não somos nós que queremos, a sociedade é que pede esclarecimentos.

Nós, ainda ontem, tivemos duas mortes na Academia Militar das Agulhas Negras, e tão logo elas ocorreram, imediatamente o comando da Academia Militar das Agulhas Negras, se pronunciaram através de uma nota oficial e, imediatamente, o Comando do Segundo Exército também se pronunciou através de uma Nota Oficial.

E a população, a sociedade ficou tranqüila, pelo menos sabendo o que estava ocorrendo e que a situação estava sob controle.

Agora, aqui em Curitiba, nós temos o inverso, aqui ocorreu uma morte, um jovem desapareceu, perdeu a vida, nem a família dele ficou sabendo.

A Secretaria da Segurança alegou que não tinha conhecimento do fato, o Luiz Guimarães, consultado, a respeito da situação, falou que não competia à Segurança nesse Poder mais sim à Justiça Militar, porque foi dentro da Base Aérea.

Então ninguém ficou sabendo, nós apenas queremos que a Base Aérea de Curitiba se pronuncie e solte uma Nota Oficial dizendo da ocorrência com um dos seus membros, e naturalmente, cabe à Justiça Militar se pronunciar a respeito do fato, ou julgar a quem a responsabilidade cabe.

Nós queremos apenas, então fazer este tipo de posicionamento e enviar esse pedido de informações à Secretaria da Segurança, que tem apenas algumas informações que vão gerar esta resposta, que vai apenas, naturalmente dizer que a Base Aérea é responsável pela Nota Oficial, e que a ocorrência foi dentro de um local, de uma região, que compete ao Ministério da Aeronáutica.

Nós apenas queremos então levantar, estabelecer, estas informações, a fim de que a sociedade se tranqüilize e que, naturalmente, todos fiquem sabendo do que realmente ocorreu, principalmente as autoridades que compõem este Parlamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre a prestação de serviços com firmas empreiteiras à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. — Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS (Para encaminhar).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Nelson Buffara, no Pequeno Expediente desta sessão, fez o que poderíamos considerar a defesa da administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Diz o Deputado Nelson Buffara, que estaria equivocado que o Porto de Paranaguá não tem a menor obrigatoriedade de saber quanto ganha um funcionário de uma empresa, que é contratante de serviços com o Porto.

O Deputado Nelson Buffara não deve ter entendido bem o nosso pedido de informações, mesmo porque no mesmo nós perguntamos quanto o Porto paga para as empreiteiras, por empregado, que deve constar no contrato, não quanto a empreiteira paga ao empregado.

Assim, Sr. Presidente, apenas para deixar bem claro que o Deputado Nelson Buffara está equivocado, quando disse o que repeti há pouco aqui.

Para encerrar, Sr. Presidente, parece-me que a disposição da bancada do Governo, é rejeitar o nosso pedido de informações.

Não sei se com esta atitude, talvez se possa levantar um problema que poderia ser resolvido com estas informações.

Caso, Sr. Presidente, o requerimento venha a ser rejeitado nesta Casa, naturalmente pelo que vi, pelo que senti e, principalmente, pela prisão arbitrária da polícia do Porto de Paranaguá, terei que tomar uma outra atitude talvez e recorrer à abertura de inquérito junto ao comando da Polícia Militar, e talvez, uma denúncia ao Ministério do Trabalho, ou talvez até, Sr. Presidente, uma denúncia à uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa, para que dirimamos as dúvidas que encontrei naquela cidade e que resultou no nosso pedido de informações. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido o requerimento.

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Deputado Adalberto Daros, queiram levantar-se. — (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

12 Srs. Deputados o aprovam;

02 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.